



## RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM: UMA PESQUISA FUNDAMENTADA NA ANÁLISE DE CONTEÚDO NA CONCEPÇÃO DE BARDIN

*Fernando Akiito Moltocaró*  
*Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS*  
*Moltocaró.crell@gmail.com*  
<https://orcid.org/0000-0002-7586-794X>

*Sonner Arfux de Figueredo*  
*Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS*  
*sarfux@gmail.com*  
<https://orcid.org/0000-0001-5583-5804>

### Resumo:

O objetivo deste artigo é versar sobre a recomposição da Aprendizagem a partir da análise de conteúdo, este é parte de uma dissertação do Programa de Mestrado em Educação Científica e Matemática (PROFECM), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Se caracteriza como uma pesquisa qualitativa com referencial teórico metodológico proposto por Laurence Bardin que utiliza na análise de conteúdo a técnica de análise documental na perspectiva de três pontos: organização, categorização e inferência. Na questão da organização seguimos seus três polos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Importante ressaltar que na pré-análise levamos em consideração as três missões sugeridas pela autora sendo elas: a) leitura fluente b) escolha dos documentos c) a formulação de hipóteses e dos objetivos. Na categorização, classificamos nossos elementos em: Fundamental, direto ao PRA, indireto ao PRA, suplementar. A inferência, teve o propósito de possibilitar discussões, a partir da indução da investigação de causas e efeitos. Como resultado apresentamos uma representação da informação relacionada ao Plano de Recomposição da Aprendizagem de Mato Grosso do Sul, onde sua proposta reflete em toda a rede estadual de ensino.

**Palavras-chave:** Educação; Inferência; Documental; Categorização; Hipóteses.

### 1. Introdução

A recomposição da aprendizagem, é um plano de intervenção pedagógica de Mato Grosso do Sul, alvo de nosso estudo devido as suas especificidades como: 1) Plano instituído por Resolução (PRA) 2) criação da disciplina (RA) 3) professor habilitado 4) Matriz de Habilidades Essenciais 5) Documentos Orientativos e 6) período regular. A proposta foi



elaborada pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul no ano de 2022, decorrente aos impactos educacionais da Pandemia de Covid-19.

Para sanar as dificuldades educacionais deste período, foram adotadas medidas necessárias para a manutenção do processo educativo em todo país e em nosso estado não seria diferente. Tais medidas educacionais fazem parte do nosso estudo, tendo como ponto de partida o Plano de recomposição da Aprendizagem de Mato Grosso do Sul instituído por meio da Resolução/SED n. 4.026, de 2 de maio de 2022. Tal estudo se justifica pelo fato de a medida alcançar 345 escolas estaduais de ensino.

Para tanto, trazemos um recorte de um estudo mais amplo de uma dissertação de mestrado. A pesquisa já foi abordada em outros enfoques como na 17ª edição SESEMAT<sup>1</sup> com o título “Intervenção pedagógica sob a ótica do Plano de Recomposição da Aprendizagem do governo de MS”, cuja a sugestão naquele momento foi expor a proposta de intervenção pedagógica e discorrer sobre o assunto de maneira sucinta. No 26º Encontro de Atividades Científicas-EAC<sup>2</sup> apresentamos um trabalho intitulado “Análise do Plano de Recomposição da Aprendizagem de Mato Grosso do Sul”, naquela ocasião nosso objetivo foi exibir as primeiras análises buscando a compreensão procedimental e provocar questões. II Congresso Nacional de Ensino de Ciências, Educação Ambiental e Ensino em Saúde - II CONECEAS. I Encontro dos Programas de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Saúde da região Centro-Oeste, mostramos outro estudo com o título “Panorama do Plano de Recomposição da Aprendizagem”, neste trabalho seguimos o raciocínio apresentados nos artigos citados acima, cujo propósito é entender e compreender algumas reflexões como: o que é recomposição da aprendizagem, como a recomposição da aprendizagem se difere de outros projetos de recuperação, juntamente com sua organização, objetivos e diretrizes.

Entretanto, estes artigos citados e apresentados, possuíam objetivos específicos que coloca e colabora com o leitor, no sentido de suprir lacunas e questionamentos sobre a proposta do estado de MS para o PRA e sua análise.

Assim, agora neste artigo versamos em evidenciar a análise documental (AD), e a partir de uma das técnicas da análise de conteúdo (AC), a categorização dos documentos levantados

---

<sup>1</sup> Seminário Sul-Matogrossense de Educação Matemática. v. 17 n. 1 (2023): Anais do XVII Seminário Sul-Matogrossense de Pesquisa em Educação Matemática. Campo Grande. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/sesemat/article/view/19043>. Acesso 26 de maio de 2024.

<sup>2</sup> Encontro de Atividades Científicas - EAC é promovido pela Diretoria de Pós-Graduação Stricto Sensu e Pesquisa da Cogna. O EAC tem por princípio oportunizar a divulgação de resultados de pesquisa e realização de intercâmbios de informações entre alunos, professores e a comunidade científica do país. Brasil. Disponível em <https://eac.pgsscogna.com.br/anais/edicao-ano.php?ano=2023>. Acesso 26 de maio de 2024.

na dissertação em torno do objeto de nosso estudo, a Recomposição da Aprendizagem na perspectiva Bardin (2011), devido à sua ampla utilização em pesquisas no campo científico, visando a representação condensada das informações.

## 2. Metodologia

O presente conteúdo, baseia-se em uma pesquisa de abordagem qualitativa de investigação, em torno documentos oficiais sobre a recomposição da aprendizagem do Estado de MS. A coleta e a organização do material estão fundamentadas em Bardin (2011), que categoriza em três fases: sendo a primeira fase trata sobre a pré-análise do documento, a segunda se refere à *exploração do material* e a terceira ao *tratamento dos resultados/informações*, a inferência e a interpretação, conforme figura abaixo.

**Figura 1:** Recorte do desenvolvimento da Análise.



Fonte: Elaborada pelo Autores Adaptado de Bardin (2011).

Segundo a autora a fase de pré-análise, é onde ocorreu a organização inicial dos dados, em que se organizam as ideias iniciais que possibilitaram direcionar as próximas análises. Essa etapa “é desenvolvida para sistematizar as ideias iniciais colocadas pelo quadro teórico” (Silva, 2015, p. 59). Em outras palavras, organiza-se o material a ser investigado, de maneira que o pesquisador possa conduzir as seguintes etapas do estudo. Essa fase compreende em mais três etapas: leitura flutuante; escolha dos documentos; formulação de hipóteses e objetivos.

**Figura 2:** Recorte da Pré-Análise.



*Fonte: Elaborada pelo Autores Adaptado de Bardin (2011, p.89).*

A partir da leitura flutuante, é possível surgir intuições que convém formular em hipóteses, em torno da Recomposição da Aprendizagem. Possibilitando análise prévia em conhecer os documentos e possibilitando invasão de impressões e orientações. Nesta fase, a leitura se torna mais precisa e focada, filtrando informações pertinentes.

Na escolha dos documentos foi possível estabelecer o Corpus da análise, sendo observada a regras da: Exaustividade, Representatividade, Homogeneidade, pertinência. Onde iremos detalhar elas na próxima sessão.

Sobre a formulação de hipóteses e objetivos nos permitiu realizar suposições, avaliar e analisar os documentos referente ao PRA estabelecidas nas primeiras leituras dos documentos e materiais orientativos. Assim, possibilitou, em expor a temática, abrir caminho para proposições latentes a serem reveladas e posta a prova pelos documentos oficiais conforme Bardin (2011, p.93) menciona: “formular hipóteses, muitas vezes, em explicar e precisar – e por conseguinte, em dominar – dimensões e direcções de análise que apesar de tudo funcionam no processo.

### **3. A análise de conteúdo do documento de referência - PRA**

A leitura flutuante foi realizada no início do primeiro semestre de 2023, a partir dos documentos oficiais do Estado de MS para o PRA. Já com os documentos, compreendemos três cujo aspecto fundamental para compreensão foi a análise com foco no objetivo deste estudo, sendo eles: Resolução/SED n. 4.026, Resolução/SED n. 4.113 e o documento orientativo 2023 para à compreensão da proposta como um todo e possibilitar análise a posteriori do “saber fazer” como conteúdo procedimental de ensino/aprendizagem. Estes documentos dão ao leitor elementos para a percepção de modo que ao analisar um conjunto de ações ordenadas e com finalidade para a realização de objetivos educacionais. A investigação destes e dos demais documentos conduziu as próximas etapas do estudo pois a cada passo, viu-se a necessidade de

suprir algum questionamento norteador como: como a recomposição da aprendizagem acabou como integrante da matriz curricular de Mato Grosso do Sul?

A fase de pré-análise e a leitura flutuante possibilitou o primeiro contato com os documentos da coleta de dados, momento em que são conhecidos os textos e as demais fontes a serem analisadas. A seleção dos documentos consiste na escolha do *corpus*<sup>3</sup> de análise contemplando apenas dispositivos de órgãos governamentais oficiais como: Resoluções, portarias, decretos, leis, etc.

A formulação de hipóteses e de objetivos aconteceu a partir das leituras iniciais dos elementos, enquanto a elaboração de indicadores foi realizada com base na interpretação das informações. Em relação a essa primeira etapa, é importante destacar que a escolha documentos a serem analisados foram segundo Bardin (2011, p. 90-92) e seguiu a orientação composta pela regra da:

*Regra da exaustividade:* uma vez definido o campo do corpus (entrevistas de um inquérito, respostas a um questionário, editoriais de um quotidiano de Paris entre tal e tal data, emissões de televisão sobre determinado assunto, etc.), é preciso terem-se em conta todos os elementos desse corpus. Por outras palavras, não se pode deixar de fora qualquer um dos elementos por esta ou por aquela razão (dificuldade de acesso, impressão de não-interesse), que não possa ser justificável no plano do rigor. Esta regra é completada pela de não-selectividade.

*Regra da representatividade.* A análise pode efectuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial. Neste caso os resultados obtidos para a amostra serão generalizados ao todo. Para se proceder à amostragem, é necessário ser possível descobrir a distribuição dos caracteres dos elementos da amostra. Um universo heterogéneo requer uma amostra maior do que um universo homogéneo. [...] Nem todo o material de análise é susceptível de dar lugar a uma amostragem, e, nesse caso, mais vale abstermo-nos e reduzir o próprio universo (e, portanto, o alcance da análise), se este for demasiado importante.

*Regra da homogeneidade:* os documentos retidos devem ser homogéneos, quer dizer, devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha. [...] Precisemos, no entanto, que se a constituição de um corpus é uma fase habitual na análise de conteúdo, para certas análises monográficas (uma entrevista aprofundada, a estrutura de um sonho ou a temática de um livro), tal fase não tem sentido (caso de um documento único, singular).

*Regra de pertinência:* os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objectivo que suscita a análise.

Nessa fase tivemos nosso primeiro olhar para os dados levantados, realizamos a separação das informações mais relevantes, sua possível contribuição e o descarte de dados. Os documentos possibilitaram uma avaliação das informações e conjecturas de hipóteses que poderiam ser extraídas. Esse foi um dos momentos mais desafiadores da pesquisa, visto que em nossa revisão da bibliografia não encontramos nas plataformas digitais com pesquisas

---

<sup>3</sup> O corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras definidas por Bardin (2016, p.90).

brasileiras: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), e o Catálogo de Teses e Dissertações (CTD), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para tanto, delimitamos nossa investigação apenas aos documentos conforme o *corpus* por nós definido anteriormente. Isso nos levou a utilizar a técnica de análise Documental, definida por Bardin (2011, p. 40):

O que é a análise documental? Podemos defini-la como «uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referenciação. Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objectivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação.

Esta análise, nos possibilitou o tratamento das informações não tratadas anteriormente, e ainda contribui para representar de forma condensada esses conhecimentos de forma a atingir seu propósito.

O propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). A análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados. (Bardin, 2011, p40)

A AC foi utilizada por entendermos que “[...] a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”. (Bardin, 2011, p. 117). Justificamos nossa escolha por esse método analítico por compreender que esse processo de categorização, abordado mais a frente, é capaz de fornecer dados que possam caracterizar a perspectiva do Plano de Recomposição da Aprendizagem de MS. Nos Decretos nº 11.079, nº 343, 5.391 e nas leis nº 5.692 e nº 14.040 e seus respectivos pareceres, encontramos 23 (vinte e três) dispositivos, que foram categorizados e condensados na seguinte concepção: 1) Aspecto, fundamental, sem a qual não existiria, Direto PRA, dispositivo diretamente ligados a PRA, Indireto, não compõe o PRA porém contribui de alguma forma no PRA, complementar, visa apenas colaborar com os principais documentos, não tendo conexão direta ou indireta com o tema, porém contribui. Desta forma elaboramos uma tabela a fim de exemplificar melhor, ficando elencadas em: A, B, C e D.

**Quadro 1:** Categorização por enfoque.

ASPECTO	RELEVANCIA	CATEGORIA
Fundamental	Máxima	A
Direto a PRA	Alta	B



Indireto a PRA	Média	C
Suplementar	Baixa	D

Fonte: Elaborado pelos Autores. Baseado em Batista (2016, p. 63)

Após a exploração do material, caracterizamos as informações, cumprindo a segunda etapa da AC, não apenas pela relevância, trazida na tabela 1, mas também por aspecto que dão a compreensão de “contribuição” com a proposta e a categorização mencionadas a seguir, na tabela 2. Foi contemplado pela AC, em sua terceira etapa, o tratamento dos resultados e inferências sobre a questão pesquisada. Tais resultados são apresentados na próxima seção.

#### 4. Identificação e caracterização dos dispositivos

Apresentamos 23 (vinte e três) *dispositivos* analisados nesta pesquisa dos quais foram analisados. Para a discussão e definição dos processos de ensino/aprendizagem<sup>4</sup>, trouxemos Zabala (1999) para sustentar conceitos implícitos pela projeto do PRA. Nossa análise documental neste trabalho é exclusiva destes *dispositivos* oficiais descritos na no quadro 2 a seguir.

**Quadro 2:** Dispositivos categorizados.

Nº	DOCUMENTO/ASSUNTO	DESCRIÇÃO	CATEGORIA
01	Decreto 11.079, de 23 de maio de 2022.	Institui a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica.	A
02	Decreto nº 343, 5.391, de 16 de março de 2020.	Dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul,	C
03	Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971.	Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.	D
04	Lei nº 14.040 de 18 de agosto de 2020.;	Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	C
05	Deliberação CEE/MS nº 10.814, de 10 de março de 2016.	Estabelece normas para a educação básica no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, 2016.	C
06	Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de maio de 2001.	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.	D
07	Parecer CNE/CP nº 11, de 7 de julho de 2010.	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos	D
08	Parecer CNE/CP nº: 5/2020.	Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.	B

<sup>4</sup> O termo *ensino/aprendizagem* escrito e compreendido desta forma compõe o mesmo formato e definição propostos por Zabala (1999). Autor este que compõe nossa análise de conteúdo na dissertação.

09	<b>Parecer CNE/CP nº 11, de 7 de julho de 2020.</b>	Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia.	B
10	<b>Parecer CNE/CP nº 12, de 8 de outubro de 1997.</b>	Esclarece dúvidas sobre a Lei nº 9.394/96 (Complementa o Parecer CNE/CEB nº 5/97).	D
11	<b>Parecer CNE/CP nº 24, de 2 de dezembro de 2008.</b>	Consulta referente à implantação de projeto de reforço escolar.	D
12	<b>Portaria nº 343, de 17 de março de 2020.</b>	Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.	C
13	<b>Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021.</b>	Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar.	B
14	<b>Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017.</b>	Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.	A
15	<b>Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020.</b>	Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	C
16	<b>Resolução CNE/CP nº 5, de 7 de maio de 1997.</b>	Proposta de regulamentação da Lei nº 9.394/96.	A
17	<b>Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010.</b>	Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica	A
18	<b>Resolução/SED n. 3.745, de 19 de março de 2020.</b>	Regulamenta o Decreto n. 15.391, de 16 de março de 2020 e a oferta de Atividades Pedagógicas Complementares nas Unidades Escolares e Centros.	B
19	<b>Resolução/SED nº 4.026, de 2 de maio de 2022.</b>	Dispõe sobre o Plano de Recomposição das Aprendizagens (PRA-MS) para ano letivo de 2022, e dá outras providências.	A
20	<b>Resolução/SED nº 4.113, de 13 de dezembro de 2022.</b>	Dispõe sobre a organização curricular e o regime escolar das etapas do ensino fundamental e do ensino médio nas unidades escolares da Rede Estadual. Campo Grande, MS, 2022.	A
21	<b>Resolução/SED nº 4.161, de 06 de março de 2023.</b>	Altera e acrescenta dispositivos à Resolução/SED n. 4.026, de 2 de maio de 2022, que trata do Plano de Recomposição da Aprendizagem (PRA-MS)	A
22	<b>Resolução/SED n. 4.008 de 18 de fevereiro de 2022.</b>	Altera e acrescenta dispositivos à Resolução/SED n. 3.518, de 21 de novembro de 2018, que trata da função de Coordenador Pedagógico nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.	C



23	<b>Resolução/SED n. 3.994 de 24 de janeiro de 2022.</b>	Dispõe sobre a lotação do Profissional da Educação Básica, ocupante do cargo de professor, e a atribuição de aulas no âmbito da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências	C
----	---	---	---

Fonte: Elaborado pelos Autores

*Fundamental* – Foi considerado como fundamental. O documento possui extrema importância, na qual, sem ele todas as ações não aconteceriam.

*Direto ao PRA* – Esta categoria foi criada para relacionar o dispositivo relacionado diretamente ao Plano de Recomposição da Aprendizagem de MS.

*Indireto ao PRA* – Indireto ao Plano de Recomposição da Aprendizagem. O dispositivo que contribuisse com o PRA, mesmo não citando a sigla.

*Suplementar* – Dispositivo da qual se faz necessário para das entendimento completo a proposta, não está relacionado diretamente e indiretamente com a ela, porém contribui de forma discreta e não poderia ser descartada.

**Quadro 3:** Representação da Análise.

ASPECTO	RELEVANCIA	CATEGORIA	FREQUÊNCIA
Fundamental	Máxima	A	07
Direto a RA	Alta	B	04
Indireto a RA	Média	C	07
Suplementar	Baixa	D	05

Fonte: Elaborado pelos Autores. Baseado em Batista (2016, p. 63)

Dos documentos analisados, podemos observar que dos documentos diretos a Recomposição da Aprendizagem apenas 04 (quatro) os outros 19 (dezenove) corrobora com toda a conjuntura em torno do Plano e resulta na criação da disciplina de Recomposição da Aprendizagem, RA-MAT (matemática) e RA-LP (língua Portuguesa).

Chegamos a um ponto, em nosso estudo, que não foi possível excluir nenhum dispositivo. Restando estes supracitados no quadro 2 categorizado. Por meio da leitura destas normativas, possibilitou, realizar inferência:

A leitura efetuada pelo analista, do conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura «à letra», mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano. Não se trata de atravessar significantes para atingir significados, à semelhança da decifração normal, mas atingir através de significantes ou de significados (Bardin, 2011, p. 36)

Cada um dos dispositivos colabora e dá sentido ao tema. Sistematizamos a ideia a fim de possibilitar ao leitor uma visão panorâmica do plano analisado, possibilitando ao leitor a formulação de hipóteses. Corroborando com Zabala (1999), que também contribui para oferecer

elementos e características que possibilitem a análise dessas condições frente ao objeto de estudo.

## **5. Possibilitando discussões da Recomposição da Aprendizagem**

Como medida de classificação dos dados apresentados, Bardin (2011) sugeriu o processo de categorização, que consistiu no agrupamento em classes dos elementos convergentes em: A, B, C e D. Seguimos a autora, para uma categorização considerando os seguintes critérios nos documentos: a) exclusão mútua: um elemento não pode existir em mais de uma classe; b) homogeneidade: uma única propriedade deve governar uma classe, ou seja, em uma categoria, somente uma propriedade pode servir como requisito para abrigar ou não determinado registro; c) pertinência: uma categoria para ser considerada pertinente necessita estar em sintonia com o material de análise e com a teoria que fundamenta a pesquisa; d) objetividade e fidelidade: devem se aplicar os mesmos critérios de análise para cada parte de cada material; e e) produtividade: um processo de categorização é tido como produtivo quando fornece resultados férteis no que tange os índices de inferência. Ao observar nossa quadro 2, fica evidente tais critérios.

Nos documentos analisados cabe ressaltar que a maioria dos documentos não externam de forma explícita o termo Recomposição da Aprendizagem (RA), mas tais documentos pertencem a temática e se justificam na presença de tais normativas. Porém, os dados nos possibilitaram vislumbrar como o ensino da RA foi pensado e planejado, ou seja, propõe de maneira diferente a recuperação da aprendizagem do aluno, pois o plano proposto, mobiliza esforços de toda a comunidade escolar no intuito de cumprir um objetivo pedagógico evidenciado e defasado em virtude da pandemia de covid-19.

Muitos elementos apresentados, são resultantes da intervenção pedagógica de Mato Grosso do Sul, no entanto levantamos a hipótese de que a criação das disciplinas foi o resultado de toda essa conjuntura em torno da pandemia. Muitas prerrogativas apresentadas são dispositivos comuns da educação, porém a pandemia resultou em movimentar toda a proposta pedagógica do MS. Sem a pandemia o sentido da educação não teria grandes alterações de forma imediata e isso fica evidente ao observarmos a história da educação matemática descrita por Fiorentini (2006). Podemos elencar algumas das ações que movimentaram a educação diante da pandemia: Suspensão das aulas, flexibilização do calendário e do currículo, Atividades remotas, atividades escalonadas e o retorno as aulas presenciais.

Quando foi a última vez que educadores do mundo inteiro enfrentaram uma pandemia? Em qual período da história da educação, foi suspensa as aulas do mundo inteiro? Em qual

situação, a educação precisou de uma intervenção em massa no processo de ensino/aprendizagem? O que traz em evidências as ideias de se investigar a educação como Fiorentini (2006) apresenta.

Além disso resulta na criação de uma disciplina. O que implica em: Sala de aula, professor habilitado, formação continuada, plano de aula, calendário escolar, período regular, conteúdo, habilidades, competências, propostas pedagógicas, plano de ação, ciclo de intervenção, avaliação diagnóstica, avaliação formativa, plano de trabalho, organização do trabalho pedagógico, atribuição do coordenador pedagógico.

No mundo do ensino, e certamente em muitos outros âmbitos, às vezes a análise muito precisa num aspecto concreto, à margem do contexto mais amplo e do conjunto de outros aspectos que o rodeiam, leva a adotar discursos e opções descontextualizados, pouco fundamentados desde um ponto de vista global e com pouca potencialidade como instrumento de compreensão e análise da realidade a que se referem. (Zabala, 1998, p.13)

Esta análise possibilita ao investigador, inúmeras problemáticas decorrente da pesquisa, incentiva novos instrumentos susceptíveis, por sua vez, de favorecer novas interpretações e a realização de inferências.

## **6. Considerações finais**

Ao findar este estudo, que foi concebido com o propósito de descrever, de forma sistemática, a aplicação da técnica análise de conteúdo em uma pesquisa qualitativa do campo da Educação. Considera-se que foi atendido tendo em vista que, apresenta-se a forma de condução da técnica de análise documental. Relembra-se ainda que a descrição da utilização da técnica de análise foi utilizada para analisar os dados qualitativos advindos de uma pesquisa de dissertação de mestrado, intitulada, “ANÁLISE DOCUMENTAL DO PLANO DE RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM DE MATO GROSSO DO SUL”.

A elaboração deste estudo, foi motivada pela falta de referencial alinhado ao PRA de Mato Grosso do Sul. Como já abordamos anteriormente, o PRA possui uma série de elementos que consolida a Recomposição da Aprendizagem resultando em disciplina própria. O próprio termo “Recomposição” é recente no campo científico e estudos voltados a educação e como ela se movimenta sempre serão necessários, a Educação Matemática como área de investigação constitui-se em um importante campo a ser explorado, ainda nos dias atuais, conforme comenta Fiorentini (2006).

Sendo assim este estudo cumpre seu objetivo de poder tratar informações referente ao Plano de Recomposição da Aprendizagem na Análise de Conteúdo (AC) na técnica de Análise Documental (AD), que ainda não tinham recebido o devido tratamento, conforme apresentamos

e categorizamos os dispositivos analisados, fornecendo informações reunidas e organizada em um único estudo, ainda subsidiados com dados suplementares ao leitor crítico de uma mensagem, possibilitando ainda o levantamento de inferências, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência de forma a possibilitar ao leitor o máximo de informação com o máximo de pertinência e por meio destes elementos, dispostos a categorização que levou a Recomposição da Aprendizagem se tornar parte integrante da matriz curricular de Mato Grosso do Sul. Destacamos também que na proposta do PRA, é criada a disciplina cuja a finalidade é a recomposição da aprendizagem e conta com o professor habilitado na sua especificidade que ministra esta disciplina, no PRA encontramos compromisso em criar a Matriz de Habilidades Essenciais, bem como os documentos orientativos de como organizar a aula no período regular.

Além disso, podemos considerar a criação e fundamentação de projetos educacionais com objetivos diferentes. Muitos planos não se sustentaram ao longo dos anos, devido a falta de políticas públicas que tiveram o devido amparo legal. A recomposição da Aprendizagem exposta neste estudo, mostrou na categorização, como o Plano é forte no sentido estrutural de suas normativas. Outro ponto a ser futuramente explorado, é a forma de como o ensino de Matemática e por que não dizer o de Língua portuguesa, se movimentou ao longo dos anos, contribuindo para história da educação destas áreas de conhecimento. Pesquisas voltado as ações emergenciais na educação podem utilizar desta pesquisa para traçar novos caminhos para uma educação de qualidade.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70: Ltda /Almedina Brasil, 2011.

BATISTA, M. C. (2016). **Um estudo sobre o ensino de Astronomia na formação inicial de professores dos anos iniciais**. (Tese de doutorado) Programa de Pós-graduação em Educação para Ciência e Matemática – Universidade Estadual de Maringá, PR, Brasil.

FIorentini, D.; Lorenzato, S. **Investigação em Educação Matemática**: percursos teóricos e metodológicos. Campinas: Autores Associados, 2006, 226p

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. **Análise de conteúdo**: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. Qualitas Revista Eletrônica, v. 16, n. 1, maio 2015. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113>. Acesso em: 28. Jan. 2021.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: 1998.

ZABALA, A. **Como trabalhar conteúdos procedimentais em aula.** Porto Alegre: Penso, 1999.